



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **11 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 20 de janeiro de 2011

DIÁRIO DO AMAZONAS

Ministro sinaliza criação de grupo para avaliar a Zona Franca de Manaus 1
VEICULAÇÃO LOCAL

O ESTADO DE SÃO PAULO

Déficit comercial chega a setor menos inovador 2
VEICULAÇÃO NACIONAL

O ESTADO DE SÃO PAULO

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO É DIFÍCIL ESCOLHER PRIORIDADES 3
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR ECONÔMICO

Comércio exterior: Grandes empresas aumentam muito suas importações e ganham posições no ranking 4
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR ECONÔMICO

Governo quer tirar da Caixa exclusividade em repasses 6
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR ECONÔMICO

BRASIL DEVE PERDER O 3º CARGO MAIS IMPORTANTE NO FMI 7
VEICULAÇÃO NACIONAL

PORTAL DA AMAZÔNIA

Grupo de trabalho deve avaliar modelo Zona Franca de Manaus 8
VEICULAÇÃO NACIONAL

BRASIL ECONÔMICO-SP

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO DESONERAÇÃO SAI DO FORNO EM FEVEREIRO 10
VEICULAÇÃO NACIONAL

EXPORT NEWS

Fiesp conquista vitória para o cálculo de preços de transferência na exportação 11
VEICULAÇÃO NACIONAL

AGROSOFT /

Presidente da Embrapa reúne-se com o ministro Aloizio Mercadante 12
VEICULAÇÃO NACIONAL

CBN-MANAUS

Ministro do Desenvolvimento virá a Manaus conhecer a Zona Franca 13
VEICULAÇÃO NACIONAL

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAZONAS		EDITORIA
	TÍTULO Ministro sinaliza criação de grupo para avaliar a <u>Zona Franca</u> de <u>Manaus</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Para o parlamentar, a visita é necessária para ‘acalmar os ânimos’ e mostrar que não existe ameaça de acabar com a Zona Franca e sim aperfeiçoá-la para diminuir a vulnerabilidade frente às crises internacionais.

[i] Novo ministro do **Desenvolvimento** diz que modelo **ZFM** precisa se manter como indutor do **desenvolvimento regional**. Foto: Jair Araújo/18-12-2006

Manaus - O ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, Fernando **PIM**entel, sinalizou, quarta-feira (19), com a criação de um grupo de trabalho para avaliar como fortalecer a Zona Franca de **Manaus** (**ZFM**) diante da nova realidade econômica nacional e mundial e torná-la realmente um modelo indutor do **desenvolvimento** na região.

A informação é dos dois parlamentares do PT do **Amazonas** no Congresso, o senador João Pedro e o deputado federal Francisco Praciano, após uma audiência com o ministro, em Brasília, na qual apresentaram um convite para que **PIM**entel faça uma visita ao **Amazonas** para conhecer o modelo, única alternativa econômica do Estado e que concentra toda a economia na capital.

Durante a posse no cargo, dia 3 deste mês, **PIM**entel se posicionou favorável ao modelo **ZFM**, mas fez ponderações. “O modelo é uma experiência exitosa, tem muito mais contribuição positiva do que negativa, mas não acho que, como em qualquer outra experiência, esteja isenta de uma revisão, de uma observação, de alguma mudança que seja necessária sem em nenhum momento pensar em acabar ou extinguir”, afirmou.

Segundo Praciano, foi apresentado ao ministro um pouco do cenário que preocupa os amazonenses em relação ao futuro da **ZFM**, principalmente depois que o ex-ministro **Miguel Jorge** declarou haver ‘maquiagem’ no Polo Industrial, propor uma revisão do modelo, além das declarações de **PIM**entel de promover a reavaliação.

Para o parlamentar, a visita é necessária para ‘acalmar os ânimos’ e mostrar que não existe ameaça de acabar com a Zona Franca e sim aperfeiçoá-la para diminuir a vulnerabilidade frente às crises internacionais e acusações

de ajudar no des controle das contas públicas e da balança comercial.

Uma das sugestões dadas ao ministro, segundo os parlamentares, foi a criação de um grupo de trabalho, composto por representantes de outros **Ministérios**, que promova, além do fortalecimento da **ZFM**, a revisão do foco, da missão de instituições como o **Centro de Biotecnologia da Amazônia** (**CBA**) e outras instituições locais, para que dediquem parte do trabalho em favor da pesquisa aplicada em prol da indústria **regional**.

Eles também disseram ter conversado sobre o contingenciamento dos recursos da **Superintendência da Zona Franca de Manaus** (**Suframa**), de cerca de R\$ 800 milhões. O valor é proveniente da arrecadação de taxas pagas pelas empresas e que tem sido transferido para o caixa da União para compor o superávit primário.

A ideia, segundo João Pedro e Praciano, é usar o recurso para criar um fundo **regional** que financiará a pesquisa aplicada e a implantação de fábricas essencialmente de produtos regionais.

João Pedro, que também é presidente **regional** do PT, afirmou que não foram discutidas mudanças na direção da **Suframa**. “Não tratamos de nome, não seria politicamente correto você numa primeira visita. Queremos que o ministro conheça a **ZFM** e discuta. Afinal de contas, é dele a indicação, a responsabilidade. Apresentamos o convite e a nossa visão do ponto de vista estratégico do papel da **Suframa** para **Manaus** e para a região”, disse João Pedro.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Déficit comercial chega a setor menos inovador		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Pela primeira vez, indústria apura saldo negativo até nos segmentos de média-baixa tecnologia, que agregam menos valor aos produtos

Raquel Landim - O Estado de S.Paulo

A indústria brasileira está perdendo espaço não apenas nos setores mais inovadores, mas também naqueles de menor valor agregado. Pela primeira vez, a indústria de média-baixa tecnologia teve um saldo negativo na balança comercial.

Levantamento do Instituto de Estudos para o **Desenvolvimento** Industrial (Iedi) aponta que esse segmento amargou déficit de US\$ 8,2 bilhões em 2010, uma reversão comparado com o superávit de US\$ 3,6 bilhões em 2009. Em 2006, o superávit foi de mais de US\$ 10 bilhões.

Nesse segmento, estão produtos como borracha, carvão, derivados de petróleo, construção naval e produtos metálicos. O forte apetite do **mercado** brasileiro por derivados de petróleo e os altos preços do carvão contribuíram para o fraco resultado.

"A situação é crítica. O governo tem que agir no curto prazo, mas também com reformas estruturais", disse Pedro Passos, presidente do Iedi e do conselho de administração da Natura. Ele atribui as dificuldades da indústria à carga tributária, aos juros altos e ao câmbio forte.

Conforme noticiou o Estado na sexta-feira passada, a indústria da transformação registrou um rombo recorde de US\$ 37 bilhões nas trocas com o exterior em 2010, conforme o **Ministério do Desenvolvimento**. Pelos cálculos do Iedi, o déficit foi de US\$ 34,8 bilhões.

"Estamos perdendo boa parte do valor agregado da indústria", disse Rogério César de Souza, economista-chefe do

Iedi. Os bens de maior intensidade tecnológica possuem uma cadeia produtiva mais longa, o que significa maior geração de empregos e mais inovação.

Para Lia Valls, pesquisadora do instituto de economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o déficit no setor de média-baixa tecnologia é sinal de que "o **Brasil** começou a **importar** todo o espectro de produtos." Ela não acredita, no entanto, que o País atravesse uma "desindustrialização clássica", dada a robustez do **mercado** interno.

O **Brasil** tradicionalmente é deficitário em bens de alta e média-alta tecnologia, mas nunca os valores atingiram os patamares atuais. Nos dois segmentos, os déficits chegaram, respectivamente, a US\$ 26,2 bilhões e US\$ 39,3 bilhões.

Nesses segmentos, estão setores **importantes** para a economia, como carros, máquinas químicas (média-alta tecnologia), farmacêutica, material de informática, e equipamentos eletrônicos (alta tecnologia). Só a indústria aeronáutica obteve superávit: US\$ 681 milhões.

O principal responsável por amenizar o rombo na balança da indústria é o setor de baixa tecnologia, particularmente os alimentos processados, como açúcar, carnes ou suco de laranja, que registraram um saldo de US\$ 33 bilhões. Em contrapartida, os setores têxtil, calçados e couro tiveram seu primeiro déficit no ano passado: US\$ 215 milhões.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO É DIFÍCIL ESCOLHER PRIORIDADES		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Alberto Tamer - O Estado de S.Paulo

Juro, câmbio, inflação, emprego, **comércio** exterior, desafios que o Banco Central e a equipe econômica enfrentam atualmente. São decorrentes do crescimento econômico, alto nível de emprego e consumo atendido por **importações**. Elas chegam ao País com preços menores, mas não o suficiente para compensar a crescente inflação.

Não dá para definir prioridades. Tudo se soma e entrelaça, num quadro de dependência múltipla. O BC faz sua parte. Mantém os juros elevados para conter a demanda e a inflação, mas o aumento da renda, decorrente de mais 2,5 milhões de empregos em carteira, e do novo salário mínimo mostram que só isso não será suficiente.

No câmbio, a eterna armadilha que nos persegue. Juros altos para desaquecer a demanda atraem mais investimentos externos em busca de rentabilidade maior, levando a uma inundação de **dólares** que derrubam a cotação da moeda. Tudo caminha para uma valorização maior do real, que o aumento do IOF na entrada de capitais não conseguiu segurar. Não dá para sair da armadilha em um curto prazo. Não é só administrar o câmbio, é tudo.

Mais isso. Aqui reside a grande distorção que é preciso sempre lembrar. A participação das **exportações** de manufaturas brasileiras continua caindo. Representavam 44% da pauta em 2009 e apenas 39% no ano passado. Enquanto isso, as vendas de básicos aumentaram de 40% para 45%. O petróleo e minério de ferro pesaram decisivamente nesse resultado, mas ganham corpo outros produtos como soja e açúcar.

A voracidade da China por produtos básicos brasileiros, minério e agropecuários, e a sua parcimônia em **importar** industrializados impressionam e assustam, mesmo porque roubam empregos no País. A China foi o principal **mercado** das **exportações**, no ano passado, 15% do total, seguida pelos Estados Unidos, 9,5% e a Argentina, 9,2%.

Não é só isso. A professora Lia Valls Pereira, coordenadora do Centro de Estudos do Setor Externo da Fundação Getúlio Vargas, lembra à coluna que a concentração nas vendas de básicos cresce a cada ano.

Não é só a China, é a Ásia. "A pauta de **exportações** para a Ásia continua dominada pelos básicos. A participação das manufaturas para essa região caiu de 16,5% para 10,2%."

EUA também. O cenário de primarização da pauta externa não é diferente quando comparado com outros parceiros comerciais. "Nas **exportações** para os Estados Unidos, a participação das manufaturas caiu de 63%, em 2007, para 52% no ano passado. O principal produto **exportado** foi o óleo de petróleo bruto, que representa 20% das vendas brasileiras para esse **mercado**, seguido pelo café (5,5%) e pasta química de madeira (4,2%)", afirma ela.

Os vizinhos salvam, ainda, mas começam recuar. "O principal **mercado** das manufaturas brasileiras continua sendo a Associação Latino-americana de Integração (Aladi). Isso significa 43% do total das vendas de manufaturas do Brasil, seguido da União Europeia (19,4%) e dos EUA (12,7%). No entanto, mesmo na Aladi, há uma pequena queda na participação de manufaturas brasileiras, de 87% em 2007 para 84% no ano passado."

A professora Lia Valls Pereira assinala que as **exportações** brasileiras para os EUA têm crescido, mas a participação na pauta cai desde 2003/2004. "Primeiro, houve uma diversificação dos **mercados** para os quais o **Brasil exporta**. Houve, em seguida, a alta dos preços e da demanda de commodities por outros parceiros. Isso elevou a participação de países, como a China, que demandam esses produtos."

Para Lia, "os Estados Unidos ainda são um **importante mercado** para as manufaturas do **Brasil** e na pauta ainda predominam esses produtos (52%)".

O ministro do **Desenvolvimento**, Fernando Pimentel, assumiu decidido a rever todo o cenário do **comércio** externo brasileiro. É um desafio antigo que ele pretende mudar.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO		EDITORIA
	TÍTULO Comércio exterior: Grandes empresas aumentam muito suas <u>importações</u> e ganham posições no ranking		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Déficit da indústria duplica e atinge US\$ 36,9 bi em 2010

Marta Watanabe | De São Paulo

20/01/2011

Claudio Belli/Valor

Benjamin Sicsú, da Samsung: "**Importamos** mais no ano passado porque o nosso faturamento aumentou"

A indústria de transformação terminou 2010 com déficit de US\$ 36,9 bilhões na balança comercial. O valor significa mais que o dobro dos US\$ 16,5 bilhões de saldo negativo em 2009, e aprofunda um movimento de deterioração que vem desde 2005. Naquele ano, o setor registrou superávit de US\$ 31,9 bilhões, que veio cedendo até 2007 e se transformou em déficit - de US\$ 14,3 bilhões - em 2008.

A piora da balança comercial - que acirra o debate sobre desindustrialização no país - está relacionada ao forte aumento da importação. O ranking dos 250 maiores importadores do país, divulgados na terça-feira pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), mostra que grandes empresas de setores tradicionais ampliaram fortemente suas compras no exterior e, com isso, galgaram posições nessa lista. A importação dessas empresas e setores os coloca, dessa forma, como participantes desse aumento do déficit comercial da indústria.

Segundo classificação divulgada pelo Mdic, houve redução de 1,9% nos valores comprados do exterior pelas 250 maiores importadoras brasileiras no ano passado, na comparação com 2008 (2009 foi excluído da comparação porque foi muito afetado pela crise econômica). Em igual período, o valor total das importações brasileiras subiu 4,51%. Essa diferença decorre da maior pulverização na importação em 2010, quando 38,7 mil empresas desembarcaram mercadorias originadas do exterior - 16,7% mais que em 2008.

Levantamento entre os 50 maiores importadores de 2010, porém, mostra que, apesar dessa pulverização, algumas empresas e setores avançaram nas importações no mesmo período. As empresas do setor siderúrgico incluídas

entre as 50 maiores importadoras, por exemplo, desembarcaram no ano passado US\$ 4,57 bilhões, alta de 84% em relação a 2008. Na mesma lista, as empresas do setor químico, petroquímico e farmacêutico elevaram em 29,8% as compras do exterior. As montadoras, incluindo as de máquinas agrícolas e motos, importaram 10% mais. As indústrias do setor eletroeletrônico e de informática tiveram acréscimo de 15,71% nas compras externas.

Benjamin Sicsú, vice-presidente da Samsung para a América Latina, explica que o aumento de importações pela companhia se deu pela falta de uma indústria nacional de componentes como displays e circuitos integrados. A fabricante coreana de televisores importou US\$ 2,3 bilhões em 2010, 50% a mais que em 2008. "**Importamos** mais porque nosso faturamento aumentou", diz ele. A companhia faturou, em 2010, US\$ 5 bilhões. Em 2009 foram US\$ 3,6 bilhões.

Além disso, explica, no ano passado a empresa elevou a importação de displays para televisões de LCD e plasma, que hoje já respondem por 60% das unidades vendidas no país. "Em 2009, cerca de 70% das televisões vendidas eram de tubo." Ele lembra que os tubos são fabricados no Brasil. Com a mudança da preferência nacional para as TVs de tela plana, houve maior importação de componentes, além do aumento do valor agregado dos insumos desembarcados. Segundo ele, a Samsung tem índice de nacionalização maior que o exigido pela legislação da Zona Franca da Manaus, onde possui uma de suas fábricas.

Sicsú lembra que a empresa começou a operar sua fábrica de displays. Isso ajudará a reduzir em 20% a importação de displays para TVs de LED pela Samsung. Para 2011, o executivo espera crescimento de vendas entre 20% e 30%, o que deverá aumentar também as importações.

No setor siderúrgico, parte do crescimento das importações pode ser explicado pelo aumento de investimentos. A Thyssenkrupp- Companhia Siderúrgica do Atlântico importou no ano passado US\$ 1,23 bilhões, o que a fez ocupar o 15º lugar entre os maiores importadores. Em 2008, ela estava em 106º lugar, com desembarques de US\$ 199 milhões. Segundo a assessoria de imprensa da companhia, a elevação deve ser creditada à usina que foi

inaugurada no ano passado. Houve importação de máquinas e equipamentos. A usina, diz a assessoria, tem capacidade de 5 milhões de toneladas anuais e toda a produção deverá ser destinada ao mercado externo.

Na 12ª posição no ranking dos maiores importadores de 2010, a Usiminas desembarcou no ano passado US\$ 1,3 bilhão, quase o dobro dos US\$ 786,9 milhões de 2008, quando ocupava o 31º lugar da classificação. Segundo nota divulgada pela companhia, a empresa elevou sua produção em relação a 2009, o que demandou maior volume de carvão importado. Houve, ainda, a aquisição de equipamentos, sem similares nacionais, necessários ao cumprimento de projetos estratégicos em áreas como laminação a quente e galvanização, por exemplo. Segundo a assessoria de imprensa foram investidos no ano passado cerca de R\$ 3 bilhões, que incluem o valor de equipamentos importados.

Em 13º lugar, a Fiat, que importou US\$ 1,29 bilhão, explica que suas importações aumentaram porque passou a compartilhar com a Argentina a fabricação de veículos que eram produzidos integralmente no Brasil. Isso fez diferença nos desembarques da montadora que, em 2008, havia importado US\$ 818,6 milhões. Segundo a assessoria de

imprensa as importações da Argentina começaram em 2009 e no ano passado chegaram a cerca de 70 mil veículos. Ao mesmo tempo, a Argentina é o principal destino dos veículos produzidos no país pela Fiat. Dos 67,8 mil veículos exportados no ano passado pela montadora, 52,2 mil foram embarcados para o país vizinho. A empresa informa que o desembarque de componentes e de aço manteve a sua participação relativa na produção.

A Volkswagen importou US\$ 1,697 bilhão em 2010, ficando em sétimo lugar no ranking, três postos acima do posto de 2008. Em nota, a empresa lembrou que tem operações em vários lugares do mundo. "Para complementar seu portfólio no Brasil, a empresa oferece em sua linha veículos produzidos pela marca em países como Argentina, México e Alemanha." A empresa lembra que elevou em 27% as exportações em 2010. (Colaborou Sergio Lamucci)

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO		EDITORIA
	TÍTULO Governo quer tirar da Caixa exclusividade em repasses		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Caio Junqueira | De Brasília

20/01/2011

O governo pretende retirar da Caixa Econômica Federal o monopólio da gestão dos contratos de repasse firmados entre os **Ministérios** e os municípios, que somam hoje uma carteira de projetos superior a R\$ 20 bilhões. A maior parte desses recursos é proveniente de emendas parlamentares direcionadas aos **Ministérios**, que, por sua vez, delegam seu gerenciamento ao banco estatal.

Essa triangulação se transformou, nos últimos anos, em foco constante de tensão entre os autores das emendas (deputados e senadores), os beneficiários diretos (prefeitos) e a executora das verbas (a Caixa). Os parlamentares atribuem ao banco a responsabilidade pelo atraso das obras em suas bases eleitorais. Dizem que a "burocracia e desorganização" da Caixa a impedem de cumprir com agilidade seu papel de analisar os projetos encaminhados pelas prefeituras, desbloquear os recursos e fiscalizar o andamento das obras.

Para diminuir esses problemas, o governo, liderado pelo ministro das Cidades, Mário Negromonte, estuda ampliar as fontes de gerenciamento dos recursos das emendas parlamentares. A ideia é permitir que o Banco do **Brasil** e o Banco do Nordeste atuem nessa área, desconcentrando a atividade da Caixa.

Hoje, a Caixa é responsável por uma carteira com mais de 45 mil contratos de repasse, distribuídos por nove **Ministérios**, além da **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus** (**Suframa**) e da Agência Nacional de Águas (ANA).

A Caixa assumiu essa atividade em razão de sua capilaridade no país e pelo perfil 100% estatal, ao contrário

do BB, que é uma sociedade de economia mista, com capital privado em sua composição. Isso não impediu o banco de, há dois anos, procurar a direção da Caixa para se informar sobre esses contratos. Diante da complexidade da área e dos problemas àquela altura já enfrentados pela Caixa, o BB adiou os planos - e a possibilidade de se tornar alvo de críticas.

"A Caixa hoje é um dos grandes entraves do governo", diz o deputado federal Márcio Reinaldo (PP-MG), economista, analista de orçamentos e vice-líder do PP. "Falta pessoal, logística, atendimento adequado e vontade de bem servir", acrescenta. Ele afirma estar havendo "um jogo" que envolve "incompetência, desorganização e malandragem", cujos atores são **Ministérios** "preguiçosos", que contratam a Caixa para realizar serviços de análise de projetos e fiscalização de obras que deveriam estar sob sua responsabilidade.

José Carlos Medaglia, **Superintendente** nacional da Caixa e responsável pelo gerenciamento dos contratos de repasse, explica que "há uma falta de entendimento do rito por parte dos prefeitos e dos parlamentares". Ele diz que "há uma rotina de conferências e fiscalizações que precisa ser cumprida para alcançar a segurança pretendida".

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO		EDITORIA
	TÍTULO BRASIL DEVE PERDER O 3º CARGO MAIS <u>importante</u> NO FMI		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

De Washington

O Brasil deve perder o terceiro cargo mais importante na hierarquia do Fundo Monetário Internacional (FMI) com a saída em março do atual subdiretor-geral do organismo, Murilo Portugal. O substituto será uma escolha pessoal do diretor-gerente do FMI, Dominique Strauss-Kahn. O mais cotado é o atual consultor especial Min Zhu, da China, cuja confirmação deverá marcar a ascensão da nova potência econômica aos escalões mais altos do organismo. Não será surpresa, porém, se um brasileiro assumir no próximos anos o comando máximo do FMI. Depois da crise financeira mundial e do crescimento de países emergentes, como a China e o Brasil, a tradicional divisão entre americanos e europeu nos postos-chave dos organismos multilaterais com sede em Washington começou a ser colocada em xeque.

A reforma nas cotas e poder de voto dentro do FMI, com maior peso para economias emergentes, e outras reformas na estrutura do organismo aumentam as chances de Strauss-Kahn ser substituído por um não europeu. Entre os nomes sempre lembrados nos círculos de Washington está o ex-presidente do BC Arminio Fraga, que tem bom trânsito na Europa e EUA.

Na atual partilha de poder, o cargo de diretor-gerente do FMI sempre ficou com um europeu. Os Estados

Unidos indicam o segundo nome mais importante no organismo, hoje o primeiro subdiretor-geral, John Lipsky, e tradicionalmente ficam com o comando do Banco Mundial. O Japão costuma indicar um dos subdiretores-gerais no FMI.

Portugal subiu por mérito próprio, sem interferência do governo brasileiro, ao cargo mais importante que, até então, podia ser ocupado por alguém vindo de um país emergente. Ele foi uma escolha pessoal feita em 2006 pelo então diretor-gerente do FMI, o espanhol Rodrigo de Rato. Substituiu o mexicano Agustin Carstens, e seguiu no cargo na gestão Strauss-Kahn.

Murilo acompanha, até março, as relações do FMI com 80 países, incluindo 18 economias da Europa, 21 da América Latina e Caribe, 21 na África e 20 na Ásia e Oceania. Suas tarefas incluem aprovar o relatório técnico do chamado artigo IV, em que os funcionários do FMI fazem a revisão da economia de cada uma dos países membros e propõem reformas e ajustes.

Murilo foi representante do Brasil no FMI entre 1998 e 2005, época em que se aproximou de Rato. Esse cargo, hoje ocupado pelo economista Paulo Nogueira Batista Jr., é uma escolha do governo do Brasil, que tem o maior poder de voto entre os nove países representados pela cadeira. (AR)

	VEÍCULO PORTAL DA AMAZÔNIA		EDITORIA
	TÍTULO Grupo de trabalho deve avaliar modelo <u>Zona Franca de Manaus</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Raíssa Gomes, da Sucursal em Brasília

BRASÍLIA – Parlamentares do **Amazonas** no Congresso Nacional discutiram nesta quarta-feira (19) o modelo da **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus** (**Suframa**) durante reunião com o ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)**, Fernando **Pimentel**, em Brasília. Para eles, a **Suframa** é “só um dos itens” no modelo de **desenvolvimento** pretendido para o **Amazonas**.

O ministro não deu entrevistas para falar a respeito da reunião, mas o deputado federal Francisco Praciano (PT-AM) afirmou que existe a possibilidade da criação de um grupo de trabalho para repensar o modelo de **desenvolvimento** onde a **Suframa** é “só um dos itens.” Praciano não comentou se a pauta da reunião era a situação da **Superintendente Flávia Grosso**, à frente da **Suframa** desde 2003.

De acordo com os parlamentares, as demandas apresentadas ao ministro dizem respeito a preocupações com a **Zona Franca**. “Nós temos mais de 100 mil empregos e as potencialidades da **Amazônia** que precisam ter o apoio de uma instituição como a **Suframa**, mas é o ministro quem pode dar encaminhamentos, não tratamos desta questão”, afirmou o senador João Pedro (PT-AM).

Mesmo sem querer dar detalhes sobre a questão da **Suframa**, Praciano disse o que se espera de um gerente da instituição. “A **Suframa** não pode ser uma agência de despachos para tratar de entrada e saída da **Zona Franca**. O gerente tem que ter horizontes largos e saber que o **Distrito Industrial** de **Manaus** é indutor do **desenvolvimento regional**”, afirmou Praciano.

Dose de juros contra inflação

SOB PRESSÃO

Banco Central eleva taxa básica para 11,25% ao ano, maior nível desde março de 2009, e indica novos aumentos

Patrícia Duarte

Aprimeira reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do governo da presidente Dilma Rousseff e sob a batuta de Alexandre Tombini, realizada ontem, não vai

agradar ao consumidor brasileiro. Em decisão unânime, a taxa básica de juros do país passou de 10,75% para 11,25% ao ano, o maior patamar desde março de 2009, encarecendo a concessão de crédito. A elevação - a primeira em seis meses, para conter a inflação em alta herdada do governo **Lula** - era amplamente esperada pelos agentes econômicos. Por isso, esperam mais aumentos daqui para a frente, pelo menos até abril.

No comunicado após a reunião de ontem, que durou quase quatro horas, o Copom afirmou que está começando um ciclo de alta dos juros. Mas o ciclo talvez não seja tão intenso quanto parte do **mercado** passou a achar esta semana. Isso porque o texto da nota oficial indicou que, para o Banco Central (BC), o aperto na política monetária começou em dezembro, quando foram elevados compulsórios e baixadas medidas para frear o crédito.

Em nota, o colegiado informou que a elevação de ontem deu “início a um processo de ajuste da taxa básica de juros, cujos efeitos, somados aos de ações macropprudenciais, contribuirão para que a inflação convirja para a trajetória de metas”.

- O recado é o de que o aperto não deve ser composto de muitas altas de juros. O Copom colocou um pouco de água na fervura - afirmou o economista-chefe do WestLB, Roberto Padovani, que acredita em mais duas altas de meio ponto percentual em março e abril, para 12,25% ao ano, mesmo patamar projetado por boa parte do **mercado**.

Ao elevar a Selic, o Copom também encarece as taxas de juros cobradas dos empréstimos às famílias e empresas, inibindo o consumo. Dessa maneira, retira boa parte da pressão inflacionária, que é o objetivo do BC. O **mercado**, pela pesquisa Focus da autoridade monetária, prevê o IPCA - índice que orienta o sistema de metas de inflação - este ano a 5,42%. Há um mês, projetava 5,29%, mostrando que, cada vez mais, as estimativas se distanciam do centro da meta de inflação do governo, de 4,5%.

O economista-chefe da Máxima Asset Management, Elson Teles, também concorda que o ciclo de aumentos da Selic pode ser um pouco menor, chegando a 12,25% anuais. Ele lembrou que, em dezembro passado, o BC retirou R\$61

bilhões no mercado por meio de compulsórios bancários - parcela dos recursos dos bancos que fica presa na autoridade monetária, sem remuneração - e definiu medidas restritivas na concessão de crédito de longo prazo voltado para consumo de bens duráveis, como automóveis.

Decisão significa maior pressão sobre o câmbio

Muitos entenderam que, na prática, o novo ciclo de aperto monetário do BC teve início naquele momento.

- Espera-se ainda que o governo faça um esforço fiscal maior este ano, também reduzindo a demanda - acrescentou Teles, referindo-se ao superávit primário, que é a economia feita pelo setor público para pagamento de juros e que, na avaliação do próprio BC, deve corresponder a um ponto percentual do PIB em 2011.

Tombini repetiu ontem o movimento feito pelo seu antecessor, Henrique Meirelles, que, quando assumiu a autoridade monetária em 2003, no início do governo Luiz Inácio Lula da Silva, elevou a Selic em meio ponto. Mas, daquela vez, ela foi para 25,50%, em meio a uma crise de confiança que assolava o país, bastante diferente do momento atual.

A fonte de pressão mais importante para a inflação, dizem analistas, são as commodities (matérias-primas), como alimentos, cujas cotações são definidas no mercado internacional. Além disso, pesa o ritmo de crescimento do país, que em 2010 estima-se ter sido de 7,5%, com a demanda mais forte que a oferta.

- Não estamos vendo apenas piora da inflação corrente, mas também nas expectativas. O Copom acertou - afirmou o economista do banco Santander Cristiano Souza, para quem a taxa poderá fechar o ano a 13%.

Mas, ao mesmo tempo em que controla a inflação, a elevação da Selic, e a expectativa de que essa tendência continuará nos próximos encontros do Copom, pode trazer consequências para o câmbio, atraindo mais investidores estrangeiros para ganhar dinheiro aplicando em juros, o que alimenta a valorização do real frente ao dólar. Tudo o que o governo não deseja.

A elevação da Selic foi duramente criticada por empresários e dirigentes sindicais. Um mau começo, foi como resumiu a decisão o presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf. Segundo ele, a alta de 0,5 ponto foi um erro, pois vai elevar em R\$200 bilhões a conta de juros do governo.

- Isso é um absurdo. Com esse dinheiro poderíamos viabilizar a construção de mais de 390 mil casas pelo programa Minha Casa, Minha Vida, ou dois terços de todo o orçamento anual do Bolsa-Família - disse Skaf.

O gerente-executivo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Flávio Castelo Branco, disse que o aumento foi precipitado e compromete o crescimento do país. De acordo com ele, os efeitos das medidas de contenção do crédito adotadas em dezembro ainda não foram plenamente observados.

Já para o deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), presidente da Força Sindical, não há justificativa para manter juros tão altos no país.

COLABOROU: Ronaldo D'Ercole

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP		EDITORIA
	TÍTULO MINISTÉRIO DO <u>DESENVOLVIMENTO</u> DESONERAÇÃO SAI DO FORNO EM FEVEREIRO		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Promessa do novo ministro do **Desenvolvimento**,
Fernando **PIM**entel, as novas medidas devem melhorar a

competitividade da indústria nacional, que continua
reduzida também em função da queda do **dólar**.

	VEÍCULO EXPORT NEWS		EDITORIA
	TÍTULO Fiesp conquista vitória para o cálculo de preços de transferência na <u>exportação</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Governo concedeu mecanismo de ajuste, com objetivo de reduzir impactos da moeda nacional em relação à estrangeira

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo conseguiu uma importante vitória para as empresas que, em 2010, realizaram operações de exportação às empresas vinculadas, com a publicação da Portaria nº 04, de 17 de janeiro de 2011.

Em atendimento ao pleito encaminhado pela Fiesp ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, o Governo Federal concedeu mecanismo de ajuste para determinação de preços de transferência na exportação, com objetivo de reduzir os impactos da moeda nacional em relação à estrangeira.

A sistemática de ajuste é exclusiva para as operações realizadas em 2010 e dirigida às receitas de vendas de exportação. A nova medida será utilizada para efeito de cálculo de comparação com as vendas internas e ao preço praticado pela pessoa jurídica nas exportações.

A medida possibilitará a comparação com o preço parâmetro calculado pelo método CAP, mediante a adoção do fator multiplicador de 1,09. A Portaria do Ministério da Fazenda nº 04 entrou em vigor na data de sua publicação.

Agência Indusnet Fiesp

	VEÍCULO AGROSOFT /		EDITORIA
	TÍTULO Presidente da Embrapa reúne-se com o ministro Aloizio Mercadante		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Por Editor em 20/01/2011 ::

O diretor presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Pedro Arraes esteve no dia 18 de janeiro de 2011 no **Ministério** da Ciência e Tecnologia (MCT) para participar de uma audiência com o ministro Aloizio Mercadante. Durante a reunião, solicitada pelo ministro, foram discutidos detalhes dos projetos realizados em parceria entre o MCT e a Empresa.

Atualmente, a Embrapa tem 178 projetos de pesquisa financiados com recursos de fontes ligadas ao MCT, como Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Conselho Nacional de **Desenvolvimento Científico e Tecnológico** (CNPq), além de 36 propostas aprovadas no edital Repensa de sustentabilidade agropecuária e 37 ações realizadas em parceria com institutos vinculados ao MCT. Com o lançamento do Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o **Desenvolvimento** Nacional (PACTI 2007-2010), o **Ministério** estreitou suas relações com a Embrapa, por meio de programas estratégicos para o setor agropecuário.

AMAZÔNIA

Um dos assuntos tratados na reunião, que já vinha sendo discutido no governo anterior, foi sobre a participação mais ativa da Embrapa no **Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA)**, com o objetivo de ajudar a transformá-lo em um centro de excelência em bioprospecção da biodiversidade amazônica. "Creio que essa seja uma grande oportunidade para a Embrapa na **Amazônia**. Ela vem ao encontro dos estudos que vêm sendo desenvolvidos pela Embrapa Estudos e Capacitação", diz Arraes.

RECURSOS GENÉTICOS

Outro assunto tratado foi a submissão de um projeto da Embrapa, na área de recursos genéticos, ao CT-INFRA, o que deve acontecer este ano. Esse fundo foi criado pelo MCT para

viabilizar a modernização e a ampliação da infra-estrutura e dos serviços de apoio à pesquisa em instituições públicas de ensino superior e de pesquisa. A intenção da Empresa é continuar com a reestruturação dos bancos de germoplasma dos quais é guardiã.

"Também discutimos um pouco sobre a problemática da lei de acesso a recursos genéticos, que são estratégicos para o Estado brasileiro. Entendo que é **importante** termos uma lei de acesso que possa estimular a pesquisa e garantir que esse conhecimento fique aqui no Brasil", acrescenta o diretor presidente.

Mercadante também mostrou-se interessado em conhecer melhor o programa Labex, os laboratórios virtuais da Embrapa no exterior. "Foi comentada, inclusive, a possibilidade de se abrir bolsas de sanduíche invertidas, trazendo pesquisadores estrangeiros, ou brasileiros que atuam no exterior, para passar um período no Brasil", revela Arraes.

A reunião teve ainda a participação do secretário-executivo do MCT, Luiz Antonio Rodrigues Elias, do secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e **Desenvolvimento** do **Ministério**, Carlos Nobre, e do diretor executivo de P&D da Embrapa, Kepler Euclides Filho.

FONTE

Embrapa

Fernando Gregio – Jornalista

	VEÍCULO CBN-MANAUS		EDITORIA
	TÍTULO Ministro do <u>Desenvolvimento</u> virá a <u>Manaus</u> conhecer a <u>Zona Franca</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Manaus (19/01/2011) - O Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, virá ao Amazonas em fevereiro para conhecer in loco o Polo Industrial de Manaus. Ele aceitou o convite feito hoje (19/01), em audiência, pelo senador João Pedro (PT/AM) e o deputado Francisco Praciano (PT/AM). Eles querem que o ministro assegure pessoalmente aos empresários instalados no PIM que não haverá nenhuma descontinuidade no modelo atual da Zona Franca de Manaus, no que diz respeito aos incentivos hoje existentes.

Para os parlamentares, a visita ao PIM também proporcionará ao ministro uma visão da Zona Franca de Manaus e do que ela representa para a região Norte do país, como único projeto econômico de envergadura a gerar tributos e garantir empregos na região.

Os parlamentares também pediram que o Ministério colaborasse na criação de um modelo de desenvolvimento do Estado, independente e paralelamente à Zona Franca, uma vez que há 43 anos a região depende exclusivamente desse projeto, o que, constantemente, gera insegurança para os habitantes da região, em face das históricas e constantes pressões e ameaças ao modelo. Praciano e João Pedro propõem a criação de um Grupo de Trabalho com a

participação de outros Ministérios, de representantes de empresas privadas, de representantes de sindicatos de trabalhadores e de Universidades visando não só a proposta desse novo modelo de desenvolvimento da região, mas o aperfeiçoamento do próprio modelo Zona Franca.

Foi sugerido ao ministro que venham a ser repensadas, pelo MDIC e por outros Ministérios, as funções e missões de instituições como a FUCAPI, o CBA e o INPA, incluindo-se e priorizando-se a pesquisa aplicada para a geração de processos e produtos baseados nas potencialidades locais.

Os parlamentares também solicitaram ao ministro que não mais ocorra contingenciamento dos recursos de receita própria da Suframa e que seja criado um Fundo de incentivo ao desenvolvimento de uma indústria baseada nas potencialidades locais (produtos regionais) da região amazônica e que os recursos que constantemente são contingenciados venham a ser uma das fontes de recursos para esse Fundo.